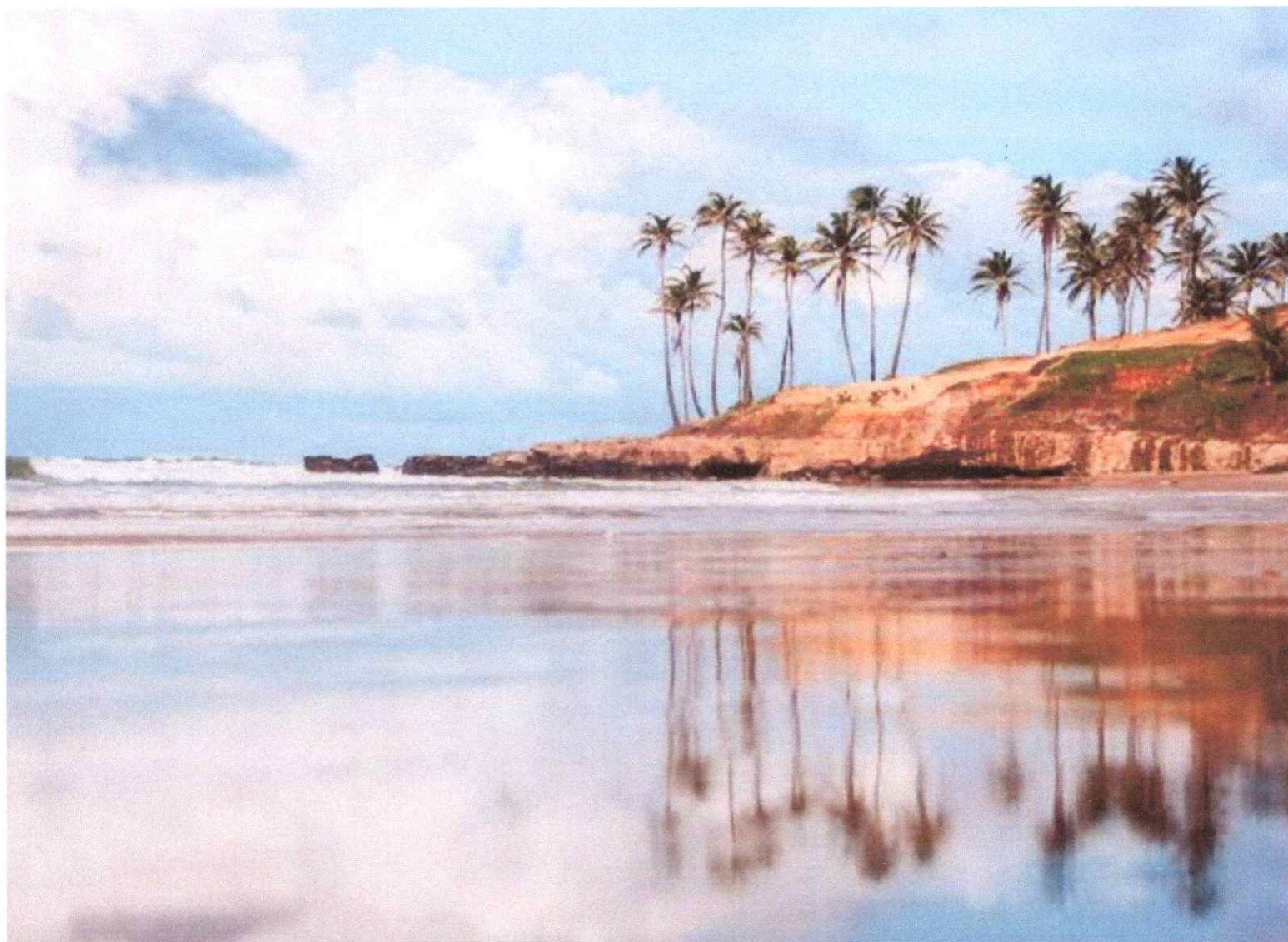


**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE PARAIPABA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
DE PARAIPABA**



**CONTROLE INTERNO
2024.2**



**PREFEITURA
DE PARAIPABA - CE**



PARAIPABAPREV 
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PARAIPABA IPM



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
DIRETORIA EXECUTIVA.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
BENEFÍCIOS.....	5
FOLHA DE PAGAMENTO.....	7
Controle dos valores pagos pagos pela FOPAG.....	8
Controle dos Óbitos.....	9
Controle para Stakeholders.....	9
INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	9
PROCURADORIA JURÍDICA.....	13
ARRECADAÇÃO.....	13
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	14
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	15
Fontes de energia.....	15
Rede.....	15
Backup.....	15
Controle de acesso:.....	15
Físico.....	16
Lógico.....	16
<i>Acesso aos arquivos de rede.....</i>	<i>16</i>
<i>Acesso aos sistemas de gestão.....</i>	<i>16</i>
<i>Acesso a internet.....</i>	<i>16</i>
TRANSPARÊNCIA.....	17
ANÁLISE DE ADESAO AO PROGRAMA PRÓ- GESTÃO.....	17
RECOMENDAÇÕES.....	20



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E FINANÇAS

DIRETOR DE BENEFÍCIO



INTRODUÇÃO

Este relatório tem a missão de cumprir às exigências contidas nos Programas de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o fito de atestar a conformidade dos procedimentos adotados nos setores do IPM-PARAIPABA, relativo ao 2º semestre do exercício financeiro de 2024.

Para a realização deste trabalho, esta Unidade de Controle Interno considerou o seu escopo e se baseou nos Procedimentos e Técnicas de Controle que compreende o exame de documentos, a observação física de bens, o comparativo entre previsão e execução orçamentária, a entrevista com servidores e Diretoria Executiva (Presidente, Diretor de Administração, Atuária e Finanças e o Diretor de Benefício), a análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou não dos controles existentes, bem como a conformidade legal e a adequação com os requisitos estabelecidos no Manual do PRÓ-GESTÃO versão 3.4.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.



ÁREAS SUGERIDAS PARA MAPEAR

As áreas (setores) analisadas foram escolhidas com base na aderência do PRÓ-GESTÃO referente à pretensa ascensão ao Nível I, a fim de verificar a conformidade e gerações de informações para tomada de decisão do Gestor nesta Entidade, baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das atividades inerentes à cada área.

BENEFÍCIOS

De acordo com os parâmetros e as diretrizes delineadas na Portaria MPS nº 1.467/22, os RPPS só concederão os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por morte.

Assim, foram extraídas das publicações no Átrio do paço Municipal da Prefeitura de Paraipaba- Ceará, bem com na sede do IPM-PARAIPABA na data de edição dos respectivos atos de concessão de aposentadorias e pensões, o quantitativo de 18 (dezoito) benefícios (aposentadorias e pensões) concedidos no **segundo semestre** do exercício financeiro de 2024, **conforme planilhas abaixo:**

APOSENTADORIA	
QUANTIDADE	TIPO
03	APOSENT. VOLUNTÁRIA POR IDADE E CONTRIBUIÇÃO
06	APOSENT. VOLUNTÁRIA POR IDADE
05	APOSENT. ESPECIAL MAGISTÉRIO
TOTAL 14	BENEFÍCIOS



PENSÃO POR MORTE		
QUANTIDADE	TIPO DE BENEFICIÁRIO	
02	CÔNJUGE	
01	COMPANHEIRO	
01	FILHO	
TOTAL	04	BENEFICIÁRIOS

2º SEMESTRE EXERCÍCIO 2024		
QUANTIDADE	TIPO	
14	APOSENTADORIAS	
04	PENSÕES	
TOTAL	18	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade com a legislação vigente à época da referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta Unidade de Controle Interno considerou o percentual de 7,83% (sete inteiros e oitenta e três centésimo por cento) para análise dos processos para concessão dos benefícios de aposentadorias e de pensões, diante de 18 (dezoito) benefícios concedidos durante o segundo semestre de 2024 e 215(duzentos e quinze) benefícios até junho de 2024, conforme planilha:

JUNHO DE 2024	
QUANTIDADE	APOSENTADOS E PENSIONISTAS
206	APOSENTADORIAS
24	PENSIONISTAS
TOTAL DE BENEFÍCIOS	230

Os processos foram selecionados a fim de verificar a conformidade no que tange ao enquadramento dos benefícios concedidos com a legislação



vigente.

Na análise aos processos verificou-se que as concessões obedeceram as formalizações quanto à legislação, mapeamento, manualização, autorização dos responsáveis, publicação dos atos concessório e envio dos autos processuais ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, para a apreciação da legalidade do procedimentos adotados.

Os responsáveis pelas áreas mapeadas testaram o tempo gasto na concessão do benefício e/ou tramitação do processo no período observado neste relatório e enviaram as informações para apreciação.

Conforme o teste de conformidade verificou-se que a média de dias gasto desde o pedido do benefício (aposentadoria e pensão) até a sua devida concessão ainda permanece em 30 (trinta) dias úteis.

Assim, cumpre informar que esse diagnóstico foi elaborado para demonstrar a média de dias para concessão desses benefícios.

Verifica-se, entretanto, que os responsáveis pela área mapeada não apresentaram estratégias para o estabelecimento de metas a serem atingidas no intuito de melhorar os processos e os indicadores, já que, segundo alegam, a concessão de um benefício pode demandar IMPREVISTOS que justificaria um gasto de tempo muito superior ao tempo estimado.

FOLHA DE PAGAMENTO

Sobre a Folha de Pagamento do IPM-PARAIPABA está inserida dentro das atribuições do setor de Recursos Humanos.

Entre as demais atividades pertencentes à área, cumpre a de “Controlar as atividades relacionadas ao processamento da folha de pagamento dos servidores inativos, pensionistas e servidores ativos do IPM-PARAIPABA, mantendo os controles estabelecidos pelas normas internas e legislação vigente”.

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações neste semestre:



TIPO	JUL/24 R\$	AGO/24 R\$	SET/24 R\$
APOSENTADORIA	747.251,48	745.437,48	759.651,26
PENSIONISTA	52.840,49	52.840,49	52.840,49
Total	800.091,97	798.277,97	812.491,75

TIPO	OUT/24 R\$	NOV/24 R\$	DEZ/24 R\$	13º/24 R\$
APOSENTADORIA	765.938,80	768.850,80	806.406,81	727.363,72
PENSIONISTA	51.428,49	51.428,49	51.513,21	70.012,49
Total	817.367,29	820.279,29	857.920,02	797.376,21

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que prejudicasse a condução do processo desde a abertura até a sua conclusão.

Controle dos valores pagos pela FOPAG

Após o input dos dados da aposentadoria ou pensão no sistema de folha de pagamento, Setor de RH/FOPAG de posse do processo de aposentadoria/pensão faz a conferência dos parâmetros definidos na matrícula do beneficiário, alterando-o, caso necessário, e após é feito o desbloqueio do benefício. A partir desta fase considera-se que o benefício está em folha de pagamento, apto a ser calculado.

Há processos que tramitam no Setor de Recursos Humanos/FOPAG com o fim de promover alterações nos benefícios anteriormente concedidos, para os devidos reajustes, quando couber.

O setor de Recursos Humanos/FOPAG, além de registrar no Sistema de Benefícios toda a alteração efetivada na folha de pagamento, lança também um segundo e não menos importante instrumento que viabiliza o controle dos valores lançados em folha. Trata-se da Planilha de Registro de Alterações da FOPAG. Nessa planilha são registradas todas as alterações, processo por processo, para que ao final se compare o valor total da Folha de Pagamento com o resultado da



planilha citada. Dessa forma é possível identificar divergências surgidas e promover-se a devida correção.

Controle dos Óbitos:

O controle da exclusão dos benefícios por óbito do segurado vem sendo realizado através de cruzamento da base de dados do IPM-PARAIPABA, pelo sistema de qualificação cadastral eSocial, que garante a consistência das informações cadastrais dos servidores.

Atualmente, no IPM-PARAIPABA, o sistema de qualificação cadastral eSocial vem sendo realizado mensalmente com a atualização de dados cadastrais, que possibilita a regularização e identificação das inconsistências decorrentes do cruzamento de dados com outras bases de dados.

Nesse cruzamento se pode verificar o acúmulo indevido de cargos (RGPS ou em outro RPPS), descumprimento do teto remuneratório, recebimento de benefícios tanto de RPPS como de RGPS ou de Benefício Assistencial (LOAS) e identificação de óbito de segurado, bem como outras informações relevantes para a gestão do RPPS.

Controle para Stakeholders (partes interessadas)

Mensalmente é enviado um Ofício à Prefeitura contendo a relação dos servidores que se aposentaram e passaram a constar na Folha de Pagamento do IPM-PARAIPABA (em conformidade com a publicação do Ato Administrativo concessório de Aposentadoria no Átrio do Paço Municipal da Prefeitura Paraipaba-Ceará), sinalizando à Secretaria Municipal de Administração quais os servidores do quadro efetivo que se aposentaram naquela competência para fins de exclusão destes da folha de pagamento da Prefeitura da Cidade de Paraipaba, evitando o pagamento em duplicidade (Proventos de aposentadoria com Remuneração do cargo efetivo).

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

De acordo com o artigo 3º, § 5º, inciso II da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 440/13, a gestão de aplicações de recursos do IPM-PARAIPABA é própria, ou seja, este RPPS realiza diretamente a execução



da sua Política de Investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros da legislação em vigor.

Desse modo o IPM-PARAIPABA cumpre as diretrizes formuladas pela Resolução CMN nº 4.963/21 e na Portaria MTP nº 1.467/22 para a aplicação dos seus recursos, conforme se verá nas informações prestadas a seguir.

Como se pode observar, foram atendidas as limitações e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, qual seja, os Recursos do IPM-PARAIPABA foram alocados nos seguintes seguimentos de aplicação:

PARAIPABAPREV

Carteira - Dezembro/2024

ATIVO	SALDO	CARTEIRA(%)	RESG.	CAREN.	4.963	RETORNO (R\$)	(%)	TX ADM
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TP FI RF	R\$ 2.745.798,76	3,99%	D+0	-	7, I "b"	R\$ -84.048,83	-2,97%	0,20%
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	R\$ 3.222.079,19	4,68%	D+1	-	7, I "b"	R\$ -9.066,03	-0,28%	0,20%
BB IMA-B TP FI RF	R\$ 5.297.572,58	7,69%	D+1	-	7, I "b"	R\$ -142.477,32	-2,62%	0,20%
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	R\$ 4.190.013,09	6,08%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 17.636,41	0,42%	0,10%
BB IDKA 2 TP FI RF PREVID	R\$ 4.139.097,44	6,01%	D+1	-	7, I "b"	R\$ -6.263,69	-0,15%	0,20%
BB IRF-M TP FI RF PREVID	R\$ 135.418,15	0,20%	D+1	-	7, I "b"	R\$ -2.273,35	-1,65%	0,20%
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FL...	R\$ 6.808.959,35	9,88%	D+3	-	7, I "b"	R\$ 11.519,95	0,17%	0,30%
BRADESCO IRF-M 1 TP FI RF	R\$ 7.641.882,99	11,09%	D+0	-	7, I "b"	R\$ 50.990,97	0,67%	0,20%
BB IMA-B FI RF PREVID	R\$ 7.915.266,66	11,49%	D+1	-	7, III "a"	R\$ -208.508,98	-2,57%	0,30%
BB FLUXO FIC RF PREVID	R\$ 649,73	0,00%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 8.377,99	0,30%	1,00%
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	R\$ 9.305.522,57	13,51%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 68.716,42	0,74%	0,20%
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	R\$ 10.491.218,28	15,23%	D+0	-	7, III "a"	R\$ 89.817,87	0,86%	0,20%
BB FI MULTIMERCADO PREVID LP	R\$ 6.992.655,71	10,15%	D+4	-	10, I	R\$ 35.421,57	0,51%	0,60%
Total investimentos	R\$ 68.886.134,50	100,00%				R\$ -170.157,02	-0,25%	
Disponibilidade	R\$ 0,00							
Total patrimônio	R\$ 68.886.134,50	100,00%						

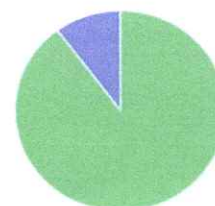
Link : <https://ipmparaipaba.com.br/transparencia/relatorios-mensais-e-anuais-dos-/investimentos/>

Conforme consta em relatório analítico do mês de **DEZEMBRO/2024** (último mês do 2º semestre do exercício de 2024) disponibilizado pelo Setor de Investimentos, verificou-se que o IPM-PARAIPABA tem aplicado **R\$ 68.886.134,50 (sessenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)** em seus Fundos de Investimentos Financeiros de Renda Fixa e Estruturados.

PARAIPABAPREV

Distribuição - Dezembro/2024

CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	89,85%	R\$ 61.893.478,79	
Estruturados	10,15%	R\$ 6.992.655,71	
Total	100,00%	R\$ 68.886.134,50	



Link : <https://ipmparaipaba.com.br/transparencia/relatorios-mensais-e-anuais-dos-/investimentos/>



Em análise ao referido relatório, verifica-se que consta a apreciação dessa Carteira de Investimentos pelo Comitê de Investimentos-COMIN, e pelo Conselho Deliberativo, bem como a aprovação desse relatório pelos Membros do Conselho Deliberativo do IPM-PARAIPABA, comprovando assim a efetiva participação dos responsáveis pela gestão na aplicação dos recursos financeiros do IPM-PARAIPABA.

As informações confrontadas nos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de Consultoria Financeira "Lema Consultoria", e com as Atas do Comitê de Investimentos-COMIN, guardam paridade com os enquadramentos dos investimentos indicados na Resolução 4.963/2021, bem como na Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

Os saldos dos investimentos neste 2º semestre do exercício financeiro de 2024 está discriminado na forma abaixo:

2º SEMESTRE 2024	RENTA FIXA	ESTRUTURADOS	TOTAL
JULHO	R\$ 58.344.051,63	R\$ 6.850.467,87	R\$ 65.194.519,50
AGOSTO	R\$ 59.106.177,32	R\$ 6.943.831,79	R\$ 66.050.009,11
SETEMBRO	R\$ 59.542.520,45	R\$ 6.978.786,93	R\$ 66.521.307,38
OUTUBRO	R\$ 60.067.792,30	R\$ 7.010.234,20	R\$ 67.078.026,50
NOVEMBRO	R\$ 60.339.673,48	R\$ 6.957.234,14	R\$ 67.296.907,62
DEZEMBRO	R\$ 61.893.478,79	R\$ 6.992.655,71	R\$ 68.886.134,50

META DE RENTALIDADE NO PERÍODO					
Mês	Rentabilidade(\$)	Rent. Mês(%)	Meta Mês(%)	Rent.Acum(%)	M. Acum(%)
JUL/25	815.440,07	1,27	0,79	3,84	5,86
AGO/25	514.850,42	0,79	0,39	4,66	6,27
SET/25	264.500,43	0,40	0,85	5,08	7,18
OUT/25	302.374,18	0,45	0,97	5,55	8,22
NOV/25	183.145,12	0,27	0,80	5,84	9,09
DEZ/25	-170.157,02	-0,25	-	5,58	-
Rent. acum.	1.910.153,20	Meta de Rentabilidade		5,58	-

Em relação à meta de retorno pudemos verificar que conforme o quadro disponibilizado acima, neste período o RPPS de Paraipaba não atingiu a meta estipulada. Tais informações foram extraídas dos relatórios da empresa de consultoria disponibilizados pelo Setor Responsável.



Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs (Formulário padrão para a movimentação junto às instituições financeiras), verificamos que as deliberações, decisões e autorizações são registradas em documento (Atas), bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram divulgadas no Portal da Transparência, guardando paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012.

Cumpre destacar que, no intuito de salvaguardar a segurança da informação e resguardar o IPM-PARAIPABA, é salutar estudar a possibilidade de colocar as assinaturas em modo eletrônico, com o fito de evitar possíveis fraudes, tendo em vista que as APRs disponibilizadas no Portal da Transparência não estão assinadas pelos gestores e ordenadores de despesas.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos não sofreram condenação criminal, possuem certificação profissional válida, e tem formação acadêmica em nível superior, atendendo assim os requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9717/98.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações. Como foi disponibilizado o relatório analítico dos recursos investidos nos meses de JULHO A DEZEMBRO de 2024, se pode apreciar a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos. Também é possível acessar o site da empresa de consultoria financeira a fim de verificar as informações apresentadas.

No nosso Portal da Transparência há comprovação de que a Política de Investimentos deste exercício foi elaborada pelo setor devido e aprovado pela autoridade competente.

Consta registrado na Ata da 35ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do IPM-PARAIPABA de que foi realizado breve análise do cenário macroeconômico tomando por base o Relatório emitido pela Consultoria Lema. *“Conforme o cenário, o Comitê de Investimentos mantém a alocação em investimentos mais conservadores, como fundos indexados ao CDI, se justifica, pois, esses continuam entregando retornos condizentes com a meta atuarial”*. O cenário positivo da Carteira de Investimentos replicou o bom desempenho dos



meses anteriores, se mostrando condizente com a proposta contida na Política de Investimentos do IPM-PARAIPABA que visa a obtenção de retorno observando os critérios de segurança, diversificação, liquidez e rentabilidade.

Por fim, constatamos que o Demonstrativo da Política de Investimentos-DPIN e o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência-CADPREV, conforme informações fornecidas pelo Setor competente.

PROCURADORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica é a responsável pelo acompanhamento da Gestão nas ações extrajudicial e judicial do IPM-PARAIPABA, assim como pelas atividades de consultoria e assessoria jurídica, com atuação interna no âmbito administrativo, e na atuação externa representando o instituto nos órgãos como Ministério Público e os Tribunais estadual e federal.

A Assessoria Jurídica no 2º semestre do Exercício Financeiro de 2024 atuou em **18** (dezoito) **processos administrativos** emitindo pareceres conclusivos nos assuntos de aposentadorias, pensões, acumulações de cargos, e contratações.

ARRECADAÇÃO

O RPPS tem caráter contributivo e solidário e deve observar a exigência do equilíbrio financeiro e atuarial, devendo assim, receber o repasse das contribuições dos segurados, bem como os aportes do ente federativo, inclusive dos valores relativos aos débitos parcelados mediante acordo.

Nesse sentido, o Setor de Arrecadação tem como atribuição: acompanhar, registrar e cobrar as arrecadações das contribuições previdenciárias e outras receitas, com vistas a espelhar as movimentações financeiras da Instituição, de acordo com a legislação aplicável.

O Setor de Contabilidade apresentou o Livro Razão demonstrando as contribuições do semestre, bem como os relatórios extraídos de suas contas tanto de forma sintética como de forma analítica, denotando a conformidade nas



contabilizações dos saldos arrecadados pelo instituto. Cumpre salientar que, as contribuições são lançadas por regime de Competência.

Por fim, o setor de Contabilidade também apresentou os instrumentos de cobranças, esclarecendo a respeito das receitas financeiras oriundas de multas e juros, bem como dos Demonstrativos Contábeis devidamente assinados pelos responsáveis instituídos.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A compensação financeira é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, e entre os RPSS entre si.

O Setor do COMPREV possibilita a Compensação Previdenciária entre os Regimes de Previdência. A versão do Sistema COMPREV 2020, traz como principal mudança, a possibilidade de Compensação entre a maioria dos Regimes Próprios de Previdência Social, gerando maior efetividade nesse seguimento de compensação financeira.

Esse setor possui Manuais de Análise e de Envio de Requerimentos. Com isso, foi solicitado que o setor disponibilizasse as informações geradas pelo Sistema de Compensação Previdenciária a fim de analisar os procedimentos dos processos recebidos e enviados pelo Instituto.

Em análise aos relatórios disponibilizados pudemos constatar que o setor de COMPREV mensalmente extrai os extratos do sistema a título de controle dos processos enviados e recebidos, para disponibilizar os valores recebidos para o Setor de Contabilidade.

Cumpre informar que nesse semestre, após análise dos relatórios disponibilizados pelo setor, constatou-se que montante acumulado no semestre totalizou o valor de **R\$ 142.812,32** (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e doze reais e trinta e dois centavos). Nesse período, conforme relatórios disponibilizados pelo Setor de Compensação Previdenciária existem **30** (trinta) requerimentos que estão em situação de análise junto ao sistema da DATAPREV, neste final do segundo semestre do exercício de 2024.



Segue planilha, conforme situação dos requerimentos enviados ao Sistema COMPREV.

Tipo de Requerimento	Situação	Quantidade
Aposentadoria		
	Em compensação	22
	Em exigência	3
	Aguardando Análise Médica	5
Pensão		
Total		30

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Foram realizados de forma recorrente atendimentos técnicos (helpdesk) em diversos setores/departamentos do IPM-PARAIPABA nesse segundo semestre de 2024. Essas solicitações normalmente são efetuadas através de ramais internos, via e-mail e/ou mensagem de texto. Todos os atendimentos foram realizados na data da chamada, qual seja: dentro do prazo.

Fontes de energia

No IPM-PARAIPABA atualmente utilizamos servidores físicos onde são providos de fontes de energia redundante, isso significa que caso uma fonte apresente problema, a outra fonte supri a necessidade para que o servidor não pare de funcionar, até que a fonte que apresentou falha seja trocada.

Redes

Logo, se o provedor de internet do IPM-PARAIPABA sofre alguma falha, precisamos de uma opção alternativa para continuar operando, o que pode ser, por exemplo, uma conexão com outro provedor, caso seja necessário, mas não houve fatos. Em alguns casos, é interessante que essa conexão secundária ou terciária seja sem fio, para situações em que o problema é físico, como a queda de um poste na região em que passam todos os cabos de provedoras.

Backup

O setor de TI analisa se os backups foram concluídos de forma correta sem apresentar falhas.

Controle de acesso:



Físico

O acesso às informações físicas em grande parte fica armazenadas em arquivos (Arquivo Geral e Arquivo Protocolo) trancados com chave, onde o responsável autoriza o acesso ao processos físicos.

Lógico

Podemos dividir o acesso lógico em 3 itens:

Acesso aos arquivos de rede

Os acessos aos arquivos são realizados e autorizados por grupos de acesso, esses são formados por funcionários de setores específicos com login e senha (Ex: grupo Cadastro pasta Cadastro). São criados diretórios/pastas com o mesmo nome dos setores e dado a permissão em cada pasta de setor de acordo com o seu determinado grupo de acesso. Onde podemos dizer que o setor de cadastro não tem permissão para acessar o setor financeiro por exemplo.

Não é permitida a gravação de arquivos particulares (músicas, filmes, fotos, etc.) nos drivers de rede, pois ocupam espaço comum limitado do departamento.

Acesso aos sistemas de gestão

Utilizamos sistemas de gestão que englobam diversos módulos de acesso. Os acesso permitidos aos usuários se dão através de perfis de acesso para cada módulo específico. O acesso e o perfil são criados de acordo com os departamentos/setores.

Acesso a internet

A internet deve ser utilizada para fins corporativos, enriquecimento intelectual ou como ferramenta de busca de informações, tudo que possa vir a contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Instituto. O acesso às páginas e web sites é de responsabilidade de cada usuário ficando vedado o acesso a sites com conteúdo impróprios e de relacionamentos através de filtros de conteúdo.



O IPM-PARAIPABA tem buscado assegurar a atualização do site <https://ipmparaipaba.com.br/.com.br/> onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Plano de ação anual, Balancetes, Política de Investimentos, Atas do Conselho Deliberativo e Comitê Investimento, Relatório de Governança Corporativa, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

ANÁLISE DE ADEÇÃO AO PROGRAMA PRÓ- GESTÃO

Este Instituto de Previdência pretende aderir ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão de RPPS

PRÓ-GESTÃO, pois tem como missão adotar as melhores práticas de gestão previdenciária, para melhor controlar os ativos e passivos para ter maior transparência como os seussegurados e também com toda a sociedade.

Neste momento o IPM-PARAIPABA se encontra iniciando os planejamentos para contratatação de consultorias para acompanhamento das ações para o Nível I de aderência.

Para verificar essas ações, foi instituído um check-list para constatar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró-Gestão.



<u>ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADEÇÃO AO PRÓ-GESTÃO</u>		CONTEMPLAÇÃO	
		REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
01	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
02	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
03	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreasde risco	x	
04	Estrutura de Controle Interno	x	
05	Política de Segurança da Informação	x	
06	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.	x	
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
07	Relatório de Governança Corporativa	x	
08	Planejamento	x	
9	Relatório de Gestão Atuarial	x	
10	Código de Ética da Instituição	x	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	x	
12	Política de Investimentos.	x	
13	Comitê de Investimentos	x	
14	Transparência	x	
15	Definição de limites de alçadas	x	
16	Segregação das atividades	x	
17	Ouvidoria	x	
18	Diretoria Executiva	x	



19	Conselho Fiscal		X
20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução.	X	
22	Gestão de Pessoas	X	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação	X	
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade		X



RECOMENDAÇÕES

Como desafio para fortalecimento da sua Gestão, o IPM-PARAIPABA necessita de OPORTUNIDADES DE MELHORIAS.

Esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações do MPS e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público. Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, concluímos que procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e transparência. Nos Procedimentos Administrativos, nos Relatórios, Demonstrativos Contábeis e Financeiros deste Instituto de Previdência, das áreas que devem ser mapeadas, sugerimos a implementação do Manual e Mapeamento dos processos e contratar, caso tenha recursos da taxa de administração, assessoria nesta área de certificação institucional.

Paraipaba - CE, 13 dezembro de 2024.

Maria Unice Martins Pinheiro

CONTROLADOR(A) INTERNO

VISTO:

Opina

CONSELHO